

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município da Batalha**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 65.929.283 euros e um total de fundos próprios de 48.058.771 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 1.172.084 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município da Batalha** em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfase

8. Tal como divulgado na Nota 7.1. do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o município alterou em 2015 a sua política contabilística relativamente às amortizações de bens de domínio público, mais precisamente na rede viária. Passou a considerar um Valor Residual de 40,48%, o qual foi calculado de acordo com uma análise técnica. Assim, desse processo resultou uma correção para menos às amortizações acumuladas de bens de domínio público no montante de 14.360.634,67 €, tendo como contrapartida um aumento da conta de resultados transitados que foi movimentada por igual montante.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Leiria, 14 de junho de 2016

LCA, SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C nº 614

